

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.
 Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE:
 a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas,

imobiliário e rural.
 b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural, sociedade que controla esta Seguradora.
 O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.
 Em 2012, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 754,9 milhões e resultado líquido de R\$ 54,4 milhões, representando incrementos de 7,1% e de 6,4% respectivamente sobre o exercício de 2011. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 8 de outubro de 2012 e 26 de dezembro de 2012, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no valor de R\$ 6.700 mil e R\$ 14.000 mil, respectivamente, totalizando R\$ 20.700 mil de dividendos pagos no exercício.

Em atendimento à Circular SUSEP 430/2012, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 131,8 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
 Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2013.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Ativo			
Circulante		868.781	797.226
Disponível		7.201	2.896
Caixa e bancos		2.896	2.896
Aplicações	6	239.361	184.691
Créditos das operações com seguros e resseguros		199.467	128.084
Prêmios a receber	8	161.913	169.143
Operações com seguradoras		4.742	2.733
Operações com resseguradoras	9	1.247	13.781
Outros resultados operacionais		31.555	32.827
Ativos de resseguro - provisões técnicas		317	817
Títulos e créditos a receber		169.753	113.404
Títulos e créditos a receber		124.101	78.856
Créditos tributários e previdenciários	20b	44.178	33.741
Outros créditos		1.474	807
Outros valores e bens		621	385
Bens móveis		621	385
Despesas antecipadas		1	1
Custos de aquisição diferidos	13	252.061	276.948
Seguros		252.061	276.948
Ativo não circulante		276.049	226.571
Realizável a longo prazo		274.087	225.873
Lucro líquido do exercício, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	6	130.353	153.600
Créditos das operações com seguros e resseguros		4.225	4.225
Prêmios a receber	8	4.225	4.225
Títulos e créditos a receber		125.997	69.724
Títulos e créditos a receber		760	256
Créditos tributários e previdenciários	20b	41.106	24.481
Depósitos judiciais e fiscais	17	84.131	44.987
Custos de aquisição diferidos	13	13.512	18.322
Seguros		13.512	18.322
Investimentos		325	198
Participações societárias		300	170
Imóveis destinados a renda		25	28
Inováveis	10	221	153
Bens móveis		200	134
Outras imobilizações		21	19
Intangível	11	1.416	347
Outros intangíveis		1.416	347
Total do ativo		1.144.830	1.023.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2012	2011
Passivo			
Circulante		629.281	527.900
Contas a pagar		103.621	61.973
Obrigações a pagar		71.525	15.260
Impostos e encargos sociais a recolher		278	1.896
Encargos trabalhistas		66	49
Impostos e contribuições		51.592	41.357
Outras contas a pagar		5.900	3.411
Débitos de operações com seguros e resseguros		95.476	83.686
Prêmios a restituir		2.820	1.821
Operações com seguradoras		704	4.438
Operações com resseguradoras		-	317
Corretores de seguros e resseguros		83.688	75.180
Outros débitos operacionais		8.264	1.930
Depósitos de terceiros	12	1.049	4.756
Provisões técnicas - seguros	13	376.395	377.485
Danos		376.395	377.485
Passivo não circulante		122.423	326.447
Provisões técnicas - seguros	13	39.035	52.239
Danos		39.035	-
Pessoas		-	52.239
Outros débitos	17	83.388	44.208
Provisões judiciais		83.388	44.208
Patrimônio líquido	18	420.126	399.450
Capital social		385.075	38.359
Aumento de capital (em aprovação)		-	296.715
Reservas de reavaliação		857	857
Reservas de lucros		60.227	39.552
(-) Ações em tesouraria		(26.033)	(26.033)
Total do passivo		1.144.830	1.023.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2010	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	(-) Ações em Tesouraria	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
88.359	88.359	-	-	857	5.661	25.469	-	120.346
Aumento de capital:								
AGO de 28 de fevereiro de 2011	-	234.000	-	-	-	-	-	234.000
AGE de 30 de março de 2011	-	44.000	-	-	-	-	-	44.000
AGE de 27 de maio de 2011	-	18.716	-	-	-	(18.716)	-	-
Aquisições de 85.713.697 ações próprias	-	-	(26.033)	-	-	-	(26.033)	(26.033)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.104	51.104	51.104
Constituição reserva legal	-	-	-	-	2.555	(2.555)	-	-
Distribuição de dividendos conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	(23.967)	(23.967)	(23.967)
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	24.582	(24.582)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		88.359	296.716	(26.033)	857	8.216	31.335	399.450
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	-	296.716	(296.716)	-	-	(6.700)	(6.700)	-
Dividendos deliberados em AGE de 8 de outubro de 2012	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)	-
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	54.376	54.376	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.719	(2.719)	-	-
Proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	38.657	(38.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		385.075	-	(26.033)	857	10.935	49.292	420.126

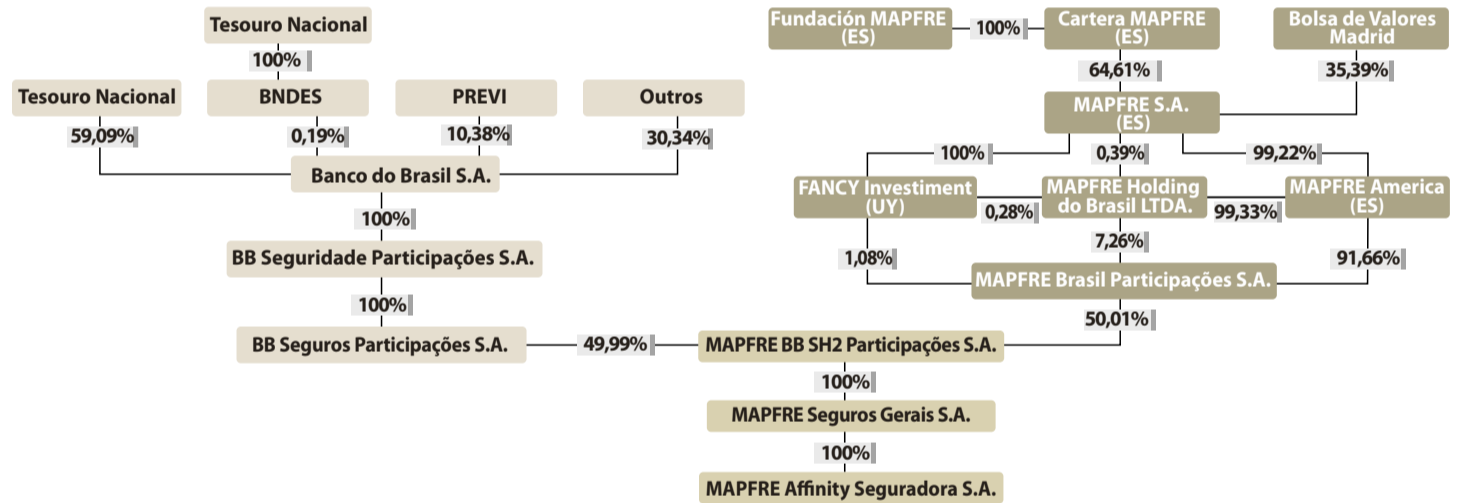
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Affinity Seguradora S.A., (doravante designada "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com seguros de danos e de pessoas. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 87.912.143/0001-58. Em 5 de maio de 2010, o Banco do Brasil (doravante designado "BB") firmou acordo de parceria com a MAPFRE Brasil Participações S.A. (Grupo MAPFRE), por meio da BB Seguradora Participações S.A. (subsidiária integral do BB) para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Nesse contexto, as operações de *Affinity* da MAPFRE Vida S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Seguradora e as participações societárias em outras entidades foram transferidas para a

MAPFRE Brasil Participações S.A. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades *Holdings*, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural; b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais *Affinity*. A mudança da denominação social da Seguradora, anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.800, de 29 de agosto de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012 e em conformidade com as disposições contidas nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução SUSEP/PCP 25, de 15 de maio de 2011, e as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela Circular SUSEP nº 430/12, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme dispositivos do CPC nº 21 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012. Conforme Anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, consequentemente a referida demonstração relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgada pelo método direto, está sendo reclassificada para fins de comparabilidade. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse premissa. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compra ou passivos com a contraparte; e quando a seguradora apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida, ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente; iv. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e v. os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos, em conjunto ou individualmente. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas nos exercícios em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados por tais mudanças. **g) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são significativas para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b: Instrumentos financeiros;
- Nota 3g: Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h: Mensuração dos contratos de seguros;
- Nota 3i: Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3k: Provisões técnicas;
- Nota 3l: Teste de adequação dos passivos;
- Nota 8: Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Nota 17 e 18: Provisões judiciais.

g) Separação entre curto e longo prazo: A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em função do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor justo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradoras e seguradoras, que são avaliados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **g) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício do ativo. **h) Instrumentos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Empréstimos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto

atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de seguros similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem "rating" de risco de crédito de AAA a A, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características técnicas de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

Bruto de Resseguro	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região geográfica								
Centro Oeste	4.021	0,5	2.916	0,4	5.204	0,7	12.141	1,6
Nordeste	8.826	1,2	4.931	0,7	9.355	1,3	23.112	3,1
Norte	0	0,0	2.190	0,3	0	0,0	2.190	0,3
Sudeste	58.166	7,8	32.131	4,3	602.477	81,1	692.774	93,3
Sul	3.022	0,5	5.911	0,8	3.490	0,5	12.423	1,7
Total	74.035	10,0	48.079	6,5	620.526	83,6	742.640	100,0

Líquido de Resseguro	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região geográfica								
Centro Oeste	4.021	0,5	2.916	0,4	5.204	0,7	12.141	1,6
Nordeste	8.826	1,2	4.931	0,7	9.355	1,3	23.112	3,1
Norte	0	0,0	2.190	0,3	0	0,0	2.190	0,3
Sudeste	58.166	7,8	32.131	4,3	602.265	81,1	692.563	93,3
Sul	3.022	0,5	5.911	0,8	3.490	0,5	12.423	1,7
Total	74.035	10,0	48.079	6,5	620.314	83,6	742.429	100,0

Bruto de Resseguro	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região geográfica								
Centro Oeste	2.020	0,3	1.628	0,2	4.304	0,6	7.952	1,1
Nordeste	9.014	1,3	2.681	0,4	9.622	1,4	21.317	3,1
Norte	0	0,0	905	0,1	0	0,0	905	0,1
Sudeste	60.648	8,7	24.111	3,5	575.058	82,3	659.816	94,5
Sul	2.213	0,3	3.746	0,5	2.419	0,4	8.379	1,2
Total	73.895	10,6	33.071	4,7	591.403	84,7	698.369	100,0

Líquido de Resseguro	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Região geográfica								
Centro Oeste	2.020	0,3	1.628	0,2	4.304	0,6	7.952	1,1
Nordeste	9.014	1,3	2.681	0,4	9.622	1,4	21.317	3,1
Norte	0	0,0	905	0,1	0	0,0	905	0,1
Sudeste	60.647	8,7	24.111	3,5	574.718	82,3	659.476	94,5
Sul	2.213	0,3	3.746	0,5	2.419	0,4	8.379	1,2
Total	73.894	10,6	33.071	4,7	591.063	84,7	698.029	100,0

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** 1. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR. Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 15,99%. 2. Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNNG é suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Total	2012	2011
a) Provisões Técnicas			
Aumento	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(5.441)	(3.904)
Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(10.111)	(4.741)
b) Sinistralidade			
Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(10.111)	(4.741)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de a contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à falta estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos "ratings" atribuídos por agências classificadoras. Existem também algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE.

Grupos de ramos	Ramos	Limite de retenção
Patrimonial	71	12.627.739
Automóvel	88	12.627.739
Riscos Financeiros	46,48	2.200.000
	76	1.500.000
Pessoas Coletivas	29,77,82,84,87,93	1.500.000
Pessoas Individuais	1.500	1.500.000
Gerenciamento do risco de crédito		29,77,84,87

Grupo de ramos	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção
Pessoas	(553)	-	100,0%
Crédito / Riscos Financeiros	696.291	212	100,0%
	695.735	212	100,0%

(*) Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos

Grupo de ramos	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção
Pessoas	591.377	340	99,9%
Crédito / Riscos Financeiros	73.899	340	100,0%
	665.272	340	99,9%

(*) Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos

Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de Ressegurador	Nome do Resseguradora	Cessão (%)	Rating
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	32,23	
Local	MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguro	67,77	Não Atribuído
Total		100,00	

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's. As diretrizes de resseguro e instrumentos financeiros utilizados, é aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão de liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

2012	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.201	-	-	7.201
Valor justo por meio do resultado	215.788	-	-	215.788
Disponível para venda	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	23.573	130.353	-	153.926
Créditos das operações de seguros e resseguros	199.467	4.225	-	203.692
Ativos de resseguro	317	-	-	317
Créditos tributários e previdenciários	44.178	41.106	-	85.284
Despesas antecipadas	-	-	-	-
Custo de aquisição Diferidos	252.061	838	12.674	265.573
Outros ativos	126.196	760	-	126.956
Total dos ativos financeiros	868.781	177.282	12.674	1.058.737
Contas a pagar	129.361	-	-	129.361
Débitos de operações com seguros e resseguros	95.476	-	-	95.476
Depósitos de terceiros	1.049	-	-	1.049
Provisões técnicas - seguros e resseguros	376.395	26.404	12.631	415.430
Total dos passivos financeiros	602.281	26.404	12.631	641.316

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 84.131 mil e os passivos financeiros relativos a provisões judiciais no valor de R\$ 83.388 mil, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. **Risco de mercado:** O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas Stress Testing e Value At Risk (VaR) e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de Stop Loss. A Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimento periodicamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DTVM. O risco da carteira é apresentado na reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 493 mil. No exercício analisado, as posições que mais contribuíram em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não registra ativamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 369.713 mil de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 131.837 mil foram excluídos da base de análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 55.415 mil investimentos referentes ao Convênio DPVAT e R\$ 22.089 mil relativo a investimento em fundo não exclusivo. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 160.372 mil. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras.

	2012	2011
Impacto no Patrimônio Líquido	420.126	399.450

Fator de Risco

Taxa de Juros (758)

elevação de taxas (81)

redução de taxas (739)

Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011; b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: **Exigências** para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; **Exigências** para a reconciliação e monitoramento de operações; **Cumprimento** com exigências regulatórias e legais; **Documentação** de controles e procedimentos; **Exigências** para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; **Exigências** de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; **Desenvolvimento** de planos de contingência; **Treinamento** e desenvolvimento profissional; **Parâmetros** éticos e comerciais; e **Mitigação** de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **Gestão de Capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o exercício de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

	2012	2011
Patrimônio líquido	420.126	399.450
(-) Participações em coligadas e controladas	300	170
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	-	1
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	1.171	1.171
Ativos intangíveis	417.239	397.761

Patrimônio líquido ajustado (a)

0,20 vezes da receita líquida de prêmios emitidos últimos 12 meses (b.1)

0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (b.2)

Margem de solvência (b) (maior entre (b.1) e (b.2))

Capital base (CB)

Capital adicional total (subscrição e crédito) (CA)

Capital adicional de reserva (CAR)

Capital adicional de crédito (CAC)

Correlação entre capitais adicionais

Capital base + capital adicional (c)

Capital mínimo requerido (d) (maior entre (b) e (c))

Suficiência de capital (e = a - d)

Suficiência de capital (e/d)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Seguradora possui basicamente em seus registros dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista.

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2012	2011
Ativos designados a valor justo por meio do resultado	215.788	166.905
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	157	19.101
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	55.415	28.876
Fundos exclusivos		
Fundos de investimentos - abertos/outros	18.628	16.854
Opções de futuros (nota 5)	-	21
Over	124.302	39.594
Swap (nota 5)	-	40
Temo tesouro	-	4.965
Títulos da dívida agrária	17.286	57.454
Ativos mantidos até o vencimento	131.837	143.809
Carteira própria		
Certificados de depósitos bancários	4.781	4.394
Fundos exclusivos		
Certificados de depósitos bancários	2.982	2.706
Debêntures	2.373	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para os sinistros	Sinistros Líquidos de Resseguro									
	Ano de ocorrência do sinistro									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total		
No ano da ocorrência	40.130	90.140	58.058	69.344	98.848	198.330	174.991	729.841		
Um ano após a ocorrência	62.303	106.932	69.318	98.425	163.888	213.969		714.835		
Dois anos após a ocorrência	65.506	109.942	75.060	112.684	166.635			529.827		
Três anos após a ocorrência	65.475	111.552	75.178	113.831				366.036		
Quatro anos após a ocorrência	66.185	114.402	75.337					255.924		
Cinco anos após a ocorrência	68.196	115.339						183.535		
Seis anos após a ocorrência	69.307							69.307		
Estimativa dos sinistros na data-base	69.307	115.339	75.337	113.831	166.635	213.969	174.991	929.409		
Pagamentos de sinistros efetuados	68.004	113.218	72.519	110.627	164.203	207.815	129.796	866.182		
Passivo representado no quadro	1.303	2.121	2.818	3.204	2.432	6.154	45.195	63.227		
Passivo em relação a anos anteriores a 2006								6.967		
Passivos relacionados a Retrocessão e DPVAT								55.410		
Total de passivo de sinistros								122.604		

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas	2012	2011
Parcela correspondente a resseguros contratados	415.430	429.724
Direitos creditórios	(317)	(817)
Provisões retidas pelo IRB	(96.510)	(129.315)
Depósitos Judiciais	(1.222)	(5.040)
DPVAT	(55.403)	(28.872)
Total a ser coberto	261.978	265.632
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	280.466	255.623
Títulos de renda fixa - públicos	169	12.384
Títulos de renda fixa - privados	11.575	13.831
Total	292.210	281.838
Suficiência	30.232	16.206

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

Probabilidade de perda provável	2012			2011		
	Quantidade	Valor da perda	Valor da provisão	Quantidade	Valor da perda	Valor da provisão
Total	1.124	10.441	10.441	1.478	11.211	11.211

A Seguradora possui registros de provisão para perdas em processos cíveis contabilizados em "Sinistros a liquidar" no montante de R\$ 10.441 mil (R\$ 11.211 mil em 2011) classificadas com a probabilidade provável, que estão representadas por 1.124 ações (1.478 ações em 2011), cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

b) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

Ano de abertura	2012			2011		
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
Até 2000	83	1.923	133	1.854		
2001	16	177	34	195		
2002	27	128	62	579		
2003	77	214	154	368		
2004	110	344	213	502		
2005	67	879	108	1.246		
2006	36	704	66	864		
2007	96	1.236	160	1.308		
2008	109	1.293	181	1.686		
2009	170	1.761	260	2.025		
2010	114	823	96	464		
2011	165	781	11	120		
2012	54	178	-	-		
Total	1.124	10.441	1.478	11.211		

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

Saldo no início do exercício	2012	2011
	Total pago no exercício	(2.120)
Total provisão até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	(2.120)	(568)
Quantidade de ações pagas no exercício	144	26
Novas constituições no exercício	1.777	6.451
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	202	104
Novas constituições referente a citações do exercício base no questionário trimestral	1.777	6.451
Baixa da provisão por extinto	(561)	-
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	134	(1)
Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros	-	102
Saldo Final do Exercício	10.441	11.211

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2012	2011	2012	2011
Fiscal	83.272	44.097	82.764	44.843
COFINS	82.181	43.013	82.764	39.434
PIS	877	870	-	-
Outros	214	214	-	-
Total	116	111	145	144

"Depósitos Judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam R\$ 1.222 mil em 2012 (R\$ 5.040 mil em 2011). PIS - A Seguradora pediu o reconhecimento creditório em processo administrativo junto à Receita Federal das contribuições recolhidas ao PIS sobre receitas do ramo Habitacional efetuadas entre 1996 a 1998 e compenso o referido direito creditório com débitos devidos de COFINS e de PIS. Os valores compensados estão provisionados e sendo atualizados pela SELIC até o julgamento definitivo do processo. Os advogados responsáveis avaliam como provável a possibilidade de perda desse processo. a) Composição: COFINS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e atualmente aguarda a decisão judicial sobre a exigência do tributo. Em 2005, a Seguradora obteve liminar para depositar judicialmente o valor discutido os quais são contabilizados no ativo, tendo provisão para contingência constituída no mesmo montante. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar a COFINS sobre as financeiras e não operacionais, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGNVNCAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 6.323 mil (R\$ 4.153 mil em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. COFINS - Com base em autorização judicial obtida em primeira instância, a Seguradora compensou débitos de COFINS do período de maio de 1999 a novembro de 2000 com prestações créditos originados de PIS referentes ao período de 1994 a 1996, recolhimentos os quais entende serem inconstitucionais. Em março de 2007, conforme orientação de seu corpo jurídico, a seguradora decidiu depositar judicialmente referidas importâncias em ação própria onde discute a exigibilidade da COFINS. b) Trabalhistas: A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas. c) Movimentação

	2012			2011		
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	Total	I - Fiscais	II - Trabalhistas	Total
Saldo inicial	44.097	111	44.208	26.152	111	26.263
Constituições	25.736	-	25.736	19.334	-	19.334
Atualização monetária	13.439	8	13.447	111	-	111
Baixas	(3)	(3)	(1.500)	-	(1.500)	-
Saldo final	83.272	116	83.388	44.097	111	44.208

d) Composição das ações judiciais de naturezas fiscais e trabalhistas por probabilidade de perda

I - Fiscais	2012		2011	
	Quantidade	Valor do Pedido	Quantidade	Valor do Pedido
Provável	4	83.272	4	44.097
Total	4	83.272	4	44.097
II - Trabalhistas	2012		2011	
	Quantidade	Valor do Pedido	Quantidade	Valor do Pedido
Provável	1	116	1	111
Total	1	116	1	111

PARECER ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Affinity Seguradora S.A.
CNPJ 87.912.143/0001-58

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nºs 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 385.075 mil (R\$ 88.359 mil em 2011), representado por 1.400.133.483 (1.485.847.180 em 2011) ações ordinárias e sem valor nominal, das quais 85.713.697 ações mantidas em tesouraria, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2011. b) Dividendos e remunerações aos acionistas: É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. d) Reserva estatutária: Conforme previsto no artigo 2º do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias, até o limite do capital. e) Distribuição de resultados: Para os resultados dos exercícios, a Administração propõe a seguinte distribuição:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	54.376	51.104
Constituição da reserva legal (5%)	(2.719)	(2.555)
Lucro líquido ajustado	51.657	48.549
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.914	12.137
Adicional distribuído	86	11.830
Total de dividendos distribuídos	13.000	23.967
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	13.000	23.967
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.400.133.483	1.485.847.180
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,0029825	0,016130
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	-
(+) Distribuição de dividendos do exercício	23.967	-
(-) Pagamentos	(23.967)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
(+) Distribuição de dividendos do exercício	13.000	-
(-) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	(20.700)	-
(-) Pagamentos	(20.700)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.000	13.000

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Ramos de Atuação	Prêmios Ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Prestativos	318.525	263.717	13,1%	17,8%	48,7%	50,6%
Acidentes Pessoais Coletivo (APC)	275.589	220.841	2,8%	4,0%	60,9%	62,9%
Vida em grupo	73.931	50.339	33,5%	29,6%	59,6%	58,3%
DPVAT	48.080	33.072	87,9%	87,0%	1,5%	1,5%
Créditos domésticos e risco comercial	34.224	70.078	239,2%	110,4%	25,7%	27,3%
Demais ramos	41.910	3.573	12,4%	77,2%	23,3%	59,4%
Total	792.259	641.620	25,7%	28,0%	48,8%	50,4%
b) Prêmios emitidos	2012	2011				
	754.898	704.442				
Prêmios diretos	706.931	733.777				
Prêmios de co-seguros cedidos	(113)	(62.407)				
Repasse DPVAT	48.080	33.072				
c) Sinistros ocorridos	2012	2011				
	(203.336)	(179.625)				
Sinistros Salvados	(257.476)	(231.455)				
Ressarcimentos	2.372	2.334				
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	56.412	54.669				
Serviço de Assistência	(3.932)	(5.170)				
Total	(712)	(3)				
d) Custo de aquisição e após participação	2012	2011				
	(386.416)	(324.727)				
Comissões	(364.268)	(336.561)				
Despesas com inspeção de riscos	(5.551)	(6.704)				
Variação das despesas de comercialização diferidas	(16.597)	18.538				
e) Outras receitas e despesas operacionais	2012	2011				
	(24.060)	(12.062)				
Aplicativos e Contratos	(13.373)	(8.601)				
Despesas com encargos sociais	(58)	5.674				
Despesas com cobrança	(2.758)	(3.986)				
Lucros Atribuídos	(149)	(1.705)				
Outras receitas (despesas)	(7.722)	(3.444)				
f) Despesas administrativas	2012	2011				
	(85.126)	(45.803)				
Pessoal próprio	(28.977)	(14.077)				
Serviços de terceiros	(39.515)	(23.533)				
Localização e funcionamento	(3.158)	(1.805)				
Publicidade e propaganda	(2.388)	-				
Despesas com publicação	(130)	(123)				
Donativos e contribuições	(925)	(1.025)				
Despesas com DPVAT	(3.726)	(2.804)				
Outras despesas administrativas	(6.907)	(2.436)				
g) Despesas com tributos	2012	2011				
	(32.359)	(22.297)				
COFINS	(25.736)	(17.834)				
PIS	(4.182)	(3.142)				
Taxa de fiscalização	(2.114)	(1.020)				
Outras despesas com tributos	(327)	(301)				
h) Resultado financeiro	2012	2011				
	46.657	28.965				
Operações de seguros	46.014	28.034				
Outras receitas financeiras	643	931				
Despesas Financeiras	(18.140)	(3.710)				
Operações de seguros	(4.432)	(3.570)				
Encargos sobre tributos	(13.439)	(111)				
Outras despesas financeiras	(269)	(29)				
Total	28.517	25.255				

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	89.046	89.046	82.452	82.452
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	22.237	13.357	20.589	12.368
Diferenças temporárias	10.134	6.080	5.264	3.159
Diferenças permanentes	222	133	251	150
Deduções incentivadas	(877)	-	(942)	-
Reversão de renda e contribuição social correntes	31.716	19.570	25.162	15.677
Imposto de crédito tributário	(10.134)	(6.080)	(5.264)	(3.159)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(251)	(151)	(667)	(401)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	21.331	13.339	19.231	12.117
Alíquota efetiva (%)	24	15		